

[Artigos Originais]

Memórias de Mundos Desaparecidos: os Anarquistas Cubanos e a Revolução de 1959*

Cassio Brancaleone¹

¹Professor de Sociologia no curso de Ciências Sociais da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS). Chapecó, SC, Brasil.

✉ E-mail: cassiobrancaleone@gmail.com  ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-7821-3450>

DOI: <https://doi.org/10.1590/dados.2026.69.1.408>

Disponibilidade de Dados – Todo o conjunto de dados que dá suporte aos resultados deste estudo foi publicado no próprio artigo.



*Este artigo constitui um dos resultados parciais da pesquisa “Os anarquistas diante da Revolução Cubana: um exercício de interpretação e história a contrapelo”, financiado pelo edital FAPERGS 09/2023 Programa Pesquisador Gaúcho – PqG. Dedico estas reflexões aos abnegados amigos do Taller Libertario Alfredo López.

Resumo

Memórias de Mundos Desaparecidos: os Anarquistas Cubanos e a Revolução de 1959

A Revolução Cubana, evento histórico de grande importância não apenas para a América Latina, é referência inescapável para diversos movimentos sociais da região e um elemento de gravitação indiscutível no imaginário político da esquerda contemporânea. Este artigo pretende adentrar um campo pouco examinado a respeito dela e recuperar, através de três fontes primárias testemunhais que resistiram às vicissitudes do tempo e ao apagamento intencional por parte dos agentes que moldaram a memória oficial da Revolução, o diagnóstico formulado por personagens e organizações anarquistas a respeito do processo insurrecional do qual participaram, assim como as principais ideias elaboradas por eles no calor do momento sobre futuros desejados e possíveis. Desse modo, espera-se contribuir para o esforço de reconstrução do complexo mosaico de ideias, forças sociais e políticas que nela culminaram como experiência histórica, complexificando o cenário a partir do qual floresceram os debates político-ideológicos dos grupos insurgentes, em especial, aqueles oriundos de linhagens antiautoritárias.

Palavras-chave: anarquismo, Revolução Cubana, anticapitalismo, américa latina.

Abstract

Memories of Vanished Worlds: Cuban Anarchists and the 1959 Revolution

The Cuban Revolution, a historically significant event not only for Latin America, serves as a key reference for various social movements in the region and as a powerful influence in the political imagination of the modern left. This study seeks to explore a relatively understudied area by recovering, through three testimonial primary sources that have endured the passage of time and the deliberate erasure by those who shaped its official memory, the diagnoses made by anarchist individuals and organizations regarding the insurrectional process in which they participated. It also analyzes the ideas developed in the heat of the moment about desired and possible futures. In doing so, the work aims to contribute to the broader effort to reconstruct the complex mosaic of ideas, social forces, and political actors that led to this historical experience, thereby providing a more nuanced account of the political and ideological debates that emerged among insurgent groups, especially those rooted in an anti-authoritarian tradition.

Keywords: anarchism, Cuban Revolution, anti-capitalism, latin america

Résumé

Mémoires de Mondes Disparus : les Anarchistes Cubains et la Révolution de 1959

La Révolution cubaine, événement historique de grande importance non seulement pour l'Amérique latine, est une référence incontournable pour divers mouvements sociaux de la région et un élément central dans l'imaginaire politique de la gauche contemporaine. Cet article vise à explorer un champ peu examiné à son sujet et à retrouver, à travers trois sources primaires témoignages qui ont résisté aux vicissitudes du temps et à l'effacement intentionnel opéré par les agents qui ont façonné la mémoire officielle de la Révolution, le diagnostic formulé par des personnages et des organisations anarchistes au sujet du processus insurrectionnel auquel ils ont participé, ainsi que les principales idées qu'ils ont élaborées à chaud sur des futurs souhaités et possibles. On espère ainsi contribuer à l'effort de reconstruction de la mosaïque complexe d'idées, de forces sociales et politiques qui ont culminé dans cette expérience historique, en complexifiant le scénario à partir duquel ont émergé les débats politico-idéologiques des groupes insurgés, en particulier ceux issus de lignées antiautoritaires.

Mots-clés : anarchisme ; Révolution Cubaine ; anticapitalisme ; Amérique latine.

Resumen

Memorias de Mundos Desaparecidos: los Anarquistas Cubanos y la Revolución de 1959

La Revolución Cubana, evento histórico de gran importancia no solo para América Latina, es referencia ineludible para diversos movimientos sociales de la región y un elemento de gravitación indiscutible en el imaginario político de la izquierda contemporánea. Este artículo pretende adentrarse en un campo poco examinado respecto a ella y recuperar, a través de tres fuentes primarias testimoniales que resistieron a las vicisitudes del tiempo y al borrado intencional por parte de los agentes que moldearon la memoria oficial de la Revolución, el diagnóstico formulado por personajes y organizaciones anarquistas respecto al proceso insurreccional del cual participaron, así como las principales ideas elaboradas por ellos en el calor del momento sobre futuros deseados y posibles. De este modo, se espera contribuir al esfuerzo de reconstrucción del complejo mosaico de ideas, fuerzas sociales y políticas que culminaron en ella como experiencia histórica, complejizando el escenario a partir del cual florecieron los debates político-ideológicos de los grupos insurgentes, en especial, aquellos provenientes de linajes antiautoritarios.

Palabras clave: anarquismo, Revolución Cubana, anticapitalismo, América latina

Introdução

A Revolução Cubana é um evento histórico de relevância global, referência inescapável para diversos movimentos políticos e sociais, e um elemento de gravitação invariavelmente revisitado no imaginário político da esquerda contemporânea. Enquanto a narrativa dominante frequentemente destaca o lugar ocupado pelo marxismo-leninismo e os movimentos que convergiram com a projeção da liderança de Fidel Castro, há uma lacuna significativa na compreensão do papel e impacto de outros grupos e organizações¹ nesse extraordinário processo insurrecional, entre os quais destacamos os militantes e sindicatos anarquistas.

Alguns dos mais relevantes estudos sobre Cuba e a realidade política da América Latina no pós-guerra apontam que sua referência serviu como fonte de inspiração para movimentos de libertação em escala planetária (Huberman; Sweezy, 1960; Wright, 1970; Williams, 1971; Gleijeses, 2002; Prashad, 2008; Farber, 2011; Pérez-Stable, 2012; Chomsky, 2011; Chomsky, Prashad, 2024).² A mensagem de resistência ecoou entre os povos latino-americanos e do outrora chamado Terceiro Mundo, que enfrentavam condições semelhantes de exploração e opressão, e “o exemplo cubano” demonstrou que era viável desafiar o controle geopolítico estabelecido pelos EUA na região e buscar um caminho alternativo de desenvolvimento baseado na autodeterminação dos povos e na justiça social.

No entanto, é importante reconhecer que as análises mais disseminadas ou recentes sobre a Revolução Cubana (Marcuse, 1960; Rodriguez, 1965; Ruiz, 1968; Thomas, 1971; Harnecker, 1978; Bambirra, 1971; Sweig, 2002; Ayerbe, 2004; Gott, 2005; Chomsky, 2011; Pérez-Stable, 2012; Pérez, 2014; Perrottet, 2019), embora robustas, sofisticadas e críticas, tendem a subestimar suas principais contradições ou a minorar os efeitos da adoção de uma estrutura institucional e uma cultura política que mimetizavam o padrão de referência autoritário soviético. Mesmo que sejam notáveis e mereçam destaque os avanços alcançados em áreas como saúde e educação, o custo humano da manutenção do regime foi reiteradas vezes negligenciado.

Sem dúvida, fatores macroestruturais como o embargo econômico imposto pelos Estados Unidos e os esforços para isolar Cuba internacionalmente, assim como a continuidade da reprodução de um modelo econômico pautado na velha matriz colonial (produção de *commodities* estimulada pela URSS), representaram obstáculos significativos para o

florescimento pleno dos projetos mais generosos que foram gestados durante a Revolução. Entretanto, nos parece empobrecedor utilizá-los para justificar e neutralizar debates sobre as opções políticas e institucionais adotadas a partir de 1959. Por isso, a necessidade de ampliar o entendimento sobre o diversificado leque de atores e projetos que também foram protagonistas desse processo, e dos itinerários abertos pela bifurcação da história, ainda que não trilhados.

O presente texto almeja explorar um terreno ainda timidamente percorrido (Fernández, 2000; Estefanía, 2000-2001; Bellé, 2009; De Paz-Sánchez, 2017; Viana da Silva, 2019; Rodríguez Trejo, 2020; Shaffer, 2020, 2023) e recuperar, através de três fontes primárias testemunhais que resistiram às vicissitudes do tempo e aos processos de apagamento intencional por parte de agentes que ocuparam a posição de demiurgos da memória da Revolução, o entendimento elaborado por personagens e organizações anarquistas a respeito do processo insurrecional do qual participaram, bem como o esboço de suas principais ideias, dirigidas ao debate público sobre os futuros possíveis e desejáveis. A partir de um tratamento inspirado em elementos da história e sociologia das ideias (Koselleck, 2006; Pocock, 2003; Mannheim, 1986), espera-se contribuir modestamente com o esforço de reconstituição do efervescente mosaico de ideias e forças sociais e políticas que desaguarão no movimento insurgente de 1959 como experiência histórica, complexificando o cenário a partir do qual ganharam forma os debates político-ideológicos dos grupos insurgentes, em especial, aqueles oriundos de linhagens antiautoritárias e libertárias.

Para finalidades exploratórias dessa reflexão, me limitarei a três peças documentais e testemunhais produzidas por anarquistas no mencionado contexto: 1) *Revolución y dictadura em Cuba* (1963) de Abelardo Iglesias; 2) *Testimonios de la Revolución Cubana* (1960) de Agustin Souchy; 3) e a *Declaración de Principios de la Agrupación Sindicalista Libertaria de Cuba* (1960). Os três materiais históricos mobilizados são emblemáticos (e praticamente desconhecidos) registros sobre a participação de organizações e individualidades anarquistas no processo insurrecional que culminou na Revolução Cubana.

Embora a literatura sobre a Revolução Cubana, de forma geral, orbite ao redor da apreciação daquelas entidades que se tornariam as peças-chave para o recrutamento de membros do governo revolucionário constituído a partir de 1º de janeiro de 1959 – fundamentalmente o *Movimiento 26 de*

Julio (M26J), o *Directorio Revolucionario 13 de Marzo* (DR13M) e o *Partido Socialista Popular* (PSP – nome adotado pela organização dos comunistas alinhados com as políticas da III Internacional)³, sabemos, pela realização de estudos emergentes, que Cuba possuía uma sociedade civil florescente e ativa, com trajetória expressiva na luta anticolonial, sindical e popular, atravessando o final do século XIX e toda a primeira metade do século XX, da qual merece destaque a militância de corte anarquista (Anderson, 2014; Fernández, 2000; Sánchez Cobos, 2019, 2023; Shaffer, 2000, 2011, 2020, 2023; Rodríguez Trejo, 2022).

Sobre a Revolução Cubana propriamente, o trabalho de Frank Fernández dedica alguns capítulos cruciais à participação libertária no processo insurgente, destacando-se como um exercício pioneiro de compilação da memória anarquista após a diáspora:

Los anarquistas han participado activamente en la lucha contra la dictadura de Batista. Unos desde las guerrillas orientales o las del Escambray, en el centro de la Isla; otros se han unido a la conspiración y la lucha urbana. Sus propósitos eran los deseos mayoritarios del pueblo: liquidar la dictadura militar y la corrupción política, así como dejar un campo más abierto en el disfrute de las libertades, que hacía posible la continuidad ideológica y las actividades en los campos sociales y laborales. Nadie esperaba un cambio radical en las estructuras económico-sociales del país (Fernández, 2000: 87).

Entre as décadas de 1930 e 1960,⁴ o movimento anarquista cubano conheceu significativa vitalidade, estruturando-se tanto em organizações específicas quanto em expressivos espaços sindicais. A principal organização anarquista do período foi a *Asociación Libertaria de Cuba* (ALC), fundada oficialmente em 1943, embora suas raízes remontem a um ciclo anterior de militância libertária muito mais prolixo e potente, vinculado ao florescimento de sociedades operárias, centros culturais e ateneus autônomos. A ALC articulava diversas iniciativas de base, promovendo congressos, publicações e campanhas de solidariedade internacional, estabelecendo laços com várias organizações anarquistas da América Latina e outras partes do mundo.

No campo sindical, embora o anarquismo já não detivesse a hegemonia conquistada nos primórdios do século XX, manteve forte incidência em setores estratégicos como o tabaco, o setor elétrico, a construção civil e o setor gastronômico-hoteleiro, inserindo-se em importantes sindicatos

como a *Confederación Nacional Obrera de Cuba* (CNOC) e, posteriormente, em resistências minoritárias dentro da *Confederación de Trabajadores de Cuba* (CTC)(Fernández, 2000).

A presença anarquista no movimento operário e social cubano expressava-se também em práticas culturais e comunitárias, como a difusão de escolas racionalistas e o apoio a espaços autogestionados e de sociabilidade popular. Durante os anos 1950, mesmo enfrentando repressões sob o Regime de Batista e a concorrência de outras correntes de esquerda, os anarquistas continuaram a fomentar a organização de bases sindicais independentes e participaram ativamente da resistência ao golpe de 1952. As publicações periódicas anarquistas desta época, como *Solidaridad Gastronómica* e *El Libertario*, serviram de veículos para denunciar a repressão estatal, defender a autonomia sindical e difundir os princípios do federalismo, ação direta, internacionalismo, independência de classe e solidariedade (Shaffer, 2023).

Ao longo deste ciclo, os anarquistas cubanos mantiveram uma crítica consistente tanto ao capitalismo como aos projetos socialistas autoritários, reelaborando, a partir de sua própria experiência histórica e recorrendo aos aprendizados sobre o processo russo de 1917 e espanhol de 1936-1939, os dilemas que emergiriam no processo revolucionário que se desdobrou após 1959.

Em futura oportunidade, por meio de uma investigação em curso, iremos mapear adequadamente e com profundidade os personagens e organizações do campo anarquista que tomaram parte na resistência contra a ditadura de Batista e contribuíram para sua derrocada. Por ora, voltaremos a atenção para a caracterização que os anarquistas produziram a respeito da luta insurrecional e seus desdobramentos imediatos, na condição de participantes e testemunhos históricos, por meio dos documentos já mencionados. E além disso, esboçaremos a natureza do projeto político que os incentivaram a participar da resistência, em várias de suas frentes, e quais perspectivas nutriam para o futuro de Cuba.

Uma breve caracterização anarquista da revolução cubana

As três fontes primárias que fundamentam este trabalho: *Revolución y dictadura em Cuba* (1963) de Abelardo Iglesias; *Testimonios de la revolución cubana* (1960) de Agustin Souchy; e a *Declaración de Principios de la Agrupa-*

ción Sindicalista Libertária de Cuba (1960), serão apresentadas juntamente com informações disponíveis sobre seus autores nesta seção. Elas constituem registros raros e imprescindíveis para contribuir com a reconstituição das expectativas, quadros interpretativos e projetos formulados pelos libertários cubanos no contexto de sucesso da insurreição da qual eles tomaram parte. Elaboradas no calor da transformação revolucionária e antes da consolidação definitiva do Regime castrista, essas peças testemunhais revelam tanto o entusiasmo libertário com a queda da ditadura de Batista quanto a preocupação precoce com os rumos centralizadores e autoritários que começavam a emergir no novo poder constituído. Seu esquecimento progressivo resulta menos de sua eventual irrelevância histórica do que de processos deliberados de silenciamento político e exclusão memorial, tanto em Cuba quanto nos círculos mais amplos da esquerda internacional.

Na ilha, as publicações foram rapidamente proibidas e recolhidas, pois confrontavam o esforço de monopolização da narrativa revolucionária realizado pelas forças comunistas que se tornavam progressivamente hegemônicas. No plano internacional, a recepção desses documentos encontrou resistência até mesmo entre setores anarquistas, atravessados por intensos debates e cismas sobre o caráter da Revolução Cubana. O maniqueísmo discursivo, difundido pelo novo Regime sob a bandeira do anti-imperialismo, dificultou a escuta crítica dos alertas anarquistas, como demonstra Rodríguez Trejo (2022). Alguns grupos libertários latino-americanos – em particular setores da Federação Anarquista Uruguiaia (FAU), optaram por uma posição pública de apoio ao novo governo.⁵ Tal contexto de tensão ideológica pode ajudar a explicar a escassa difusão e o impacto minimizado desses testemunhos incômodos fora dos círculos anarquistas.

É fundamental destacar que esses três documentos somente alcançaram posteridade graças ao trabalho sistemático de solidariedade exercido pelos anarquistas argentinos do editorial *Reconstruir*, vinculados à Federação Libertária Argentina (FLA),⁶ que publicaram em sua revista, auspiciosamente iniciada no ano de 1959, artigos dos seus companheiros cubanos, notas de suas organizações e livros como os de Iglesias e Souchy, permitindo que relatos, análises e registros fossem preservados como valiosas fontes históricas (questão que por si só mereceria melhor tratamento e um estudo à parte). Ao acolher e difundir tais materiais, os anarquistas argentinos não apenas resguardaram uma memória alternativa da Revolução Cubana, como também auxiliaram os anarquistas cubanos que foram

apartados de espaços para veicular suas denúncias sobre as tendências autoritárias que eles testemunharam emergir com o desenvolvimento do novo regime. Seu gesto solidário foi também um posicionamento crítico diante da lógica maniqueísta da Guerra Fria, reafirmando que a emancipação popular não poderia ser reduzida à substituição de uma dominação política por outra, mesmo sob bandeiras anti-imperialistas ou socialistas.

A *Declaración de Principios de la Agrupación Sindicalista Libertaria de Cuba* (citada doravante apenas como *Declaración*) foi divulgada em junho de 1960, um mês depois da curiosa chegada do anarquista alemão de origem judaica Agustín Souchy na ilha, a convite do governo revolucionário cubano. Seu teor, apesar de bastante crítico às tendências centralizadoras e personalistas que emanavam do grupo que recentemente se instalara no poder com a derrubada da ditadura de Batista, era de um explícito posicionamento com pretensões de estimular o debate público sobre o significado da Revolução e apresentava uma expressiva demonstração de boa vontade para com os guerrilheiros de *Sierra Maestra*, avaliando que os rumos do processo revolucionário estavam abertos e em disputa. Porém, o material não foi bem recepcionado pelo governo e seus apoiadores ideologicamente mais recalcitrantes, encontrando na figura do secretário-geral do PSP, Blas Roca, seu principal antagonista público (Iglesias, 1963: 39).

A *Declaración* foi um dos últimos documentos publicados pelos anarquistas no país. Vale observar que ela foi assinada usando uma designação genérica, certamente, para evitar comprometer individualmente seus autores. Em suas breves páginas pode ser detectada a ênfase dada à resistência contra todas as formas de tirania, e a centralidade da luta contra todos os sistemas políticos centralizadores e autoritários. Defendendo a organização de base por meio de sindicatos autônomos, municípios livres e cooperativas, o documento destacava a importância de transformações econômicas e sociais lideradas pelos próprios trabalhadores, rejeitando tanto a exploração capitalista quanto o socialismo estatal. Os princípios nucleares incluíam a defesa das liberdades individuais e coletivas, a promoção de uma economia autogerida, o federalismo em oposição à verticalização burocrática e a educação como força libertadora. Muitos dos elementos nela contidos são expressão do acúmulo e da experiência obtidos através das lutas sociais travadas em território cubano em quase um século. A *Declaración* pode ser tomada como uma pista frutífera para algumas inferências sobre as ideias que orientaram a ação política dos anarquistas durante a insurreição, bem como esboços de seu projeto para Cuba, como veremos adiante.

O inusitado convite feito pelo governo revolucionário a Agustin Souchy, reconhecido anarcossindicalista e estudioso da questão agrária e dos movimentos camponeses, para observar e apreciar o projeto da Revolução para o campo cubano, sinaliza pelo menos duas questões muito relevantes: a aparente indefinição pública dos seus rumos (ancorada no compromisso dos revolucionários em restaurar o ambiente democrático da Constituição de 1940, e a expectativa dos anarquistas em disputar as brechas democratizantes e socializantes que se abriam); e o lugar de destaque ocupado pelos próprios anarquistas no processo insurrecional, cuja participação inclui sua inserção nas lutas da cidade e do campo. Aliás, o governo revolucionário, em sua primeira formação, contou com a intrigante figura de Manuel Fernandez García como Ministro do Trabalho, caracterizado por Buch e Suarez (2004: 195) como anarcossindicalista.

Souchy tinha um vasto conhecimento sobre as experiências revolucionárias agrárias, incluindo contato pregresso com processos de coletivização de terra e de formação de cooperativas livres na Rússia, Espanha, México, Suécia, Israel e Alemanha. Durante três meses viajou pelo interior de Cuba observando e documentando a vida de camponeses e agricultores beneficiados pelo governo revolucionário, interessado em compreender as dinâmicas que animavam a formação das cooperativas rurais incentivadas oficialmente. Em sua viagem foi acompanhado pelo anarquista Manuel Gaona, que aparentemente intercedeu na relação entre anarquistas e governo.⁷

As observações de Souchy são muito instrutivas sobre as particularidades da Reforma Agrária em Cuba. Ao contrário de muitas das experiências com as quais manteve contato, nas quais o processo de ocupação e recuperação de terras avançou contra o latifúndio pela iniciativa e organização dos próprios camponeses despossuídos e pequenos agricultores, apontava que em Cuba a Revolução se realizou concretamente como luta política e de enfrentamento armado contra um Regime despótico, felizmente incorporando como uma de suas principais bandeiras a distribuição de terras. Demanda que foi realizada, porém, de cima para baixo, como política governamental sem a participação dos atores diretamente envolvidos. Esse detalhe determinaria, para Souchy, seus principais limites, circunscrita às decisões daqueles que foram alçados como chefes e dirigentes das novas instituições emergentes, paralisando e desincentivando a ação autônoma dos subalternos no campo e na cidade.

A criação do Instituto Nacional de Reforma Agrária (INRA) e sua constituição como uma espécie de superministério da economia do novo Regime, concentrou amplos poderes políticos e econômicos nas mãos do comandante em chefe das forças armadas revolucionárias e aclamado “líder supremo” da Revolução, Fidel Castro, que naquela circunstância, foi também o primeiro presidente do citado órgão. O INRA teve um papel decisivo na desapropriação de terras dos colaboradores do antigo Regime, a maioria por haver abandonado o país com Batista, além da estatização de propriedades de empresas estrangeiras, fundamentalmente aquelas provenientes de capital dos EUA.

Mediante um processo de planificação geral da economia, o INRA fez sua política de distribuição de terras, convocando a mão de obra disponível para assumir postos nos novos empreendimentos na condição de assalariados do Estado. Embora o governo em sua política oficial defendesse a criação de cooperativas agrícolas, na realidade, o que foi implementado no campo foram empresas estatais dirigidas por técnicos e outros profissionais estranhos às comunidades afetadas. Souchy conheceu dezenas das novas “cooperativas” e foi muito assertivo em suas observações quanto ao caráter dessas organizações e o impasse demonstrado por muitos trabalhadores e camponeses quanto a sua participação ativa nos seus processos fundacionais.

Ele foi extremamente enfático em seu relato ao advertir sobre os perigos da estatização global da economia, baseando-se em experiências correntes consolidadas no chamado mundo socialista hegemônico pela URSS (Souchy, 1960: 58). Tentou persuadir seus anfitriões em Cuba quanto aos graves riscos ao subtrair dos trabalhadores e camponeses a iniciativa e o poder de decidir sobre a organização de seu próprio trabalho e os fins da produção, reduzindo suas existências a contingentes numéricos necessários para atender as metas econômicas traçadas pelos técnicos do governo em seus gabinetes, tendo como único incentivo laboral o chamado doutrinarismo para realizar heroicos sacrifícios em nome da defesa da Revolução. Em razão disso, os resultados do estudo de Agustin Souchy, escrito para uma publicação oficial do INRA, foi mutilado e adulterado a fim de não provocar a animosidade de Fidel Castro (Rodríguez Trejo, 2022: 162). Frustrado com a situação, Souchy enviaria os manuscritos originais para a Argentina, de onde se extraiu o texto que deu origem a *Testimonios sobre la Revolución Cubana*, publicado no final dos anos 1960 pelo editorial Reconstruir em Buenos Aires.⁸

Dictadura y Revolución en Cuba, depoimentos de Abelardo Iglesias, membro da Associação Libertária de Cuba (ALC), respeitado anarcossindicalista cubano e combatente na Guerra Civil Espanhola, também foi publicado em livro por anarquistas argentinos quando este se encontrava no exílio nos EUA, em 1963. Nele encontramos uma exposição sensível sobre as mudanças que atravessaram o país entre 1959 e 1961, cujo ápice se deu quando Fidel Castro aderiu publicamente ao marxismo-leninismo e Cuba se alinhou definitivamente com o bloco soviético. Embora seja um relato descritivo, interpretativo e de denúncia de fôlego modesto, se comparado ao incontornável “Memórias de um revolucionário” de Victor Serge (2023),⁹ o texto merece ser lido na chave das guinadas autoritárias das revoluções do século XX, notadamente aquelas de inspiração ou alinhamento marxista-leninista e nacionalista revolucionário.¹⁰

Ele sintetizou em 12 pontos as contradições mais sensíveis derivadas da institucionalização da *Revolução em Regime* “castro-comunista”: 1. O Regime revolucionário era uma oligarquia política; 2. Supressão de todas as garantias individuais; 3. Centralização do poder político e econômico em um grau jamais visto na América Latina; 4. Criação de um aparato de terror mais eficiente e repressivo que o do Regime de Batista; 5. A terra não foi distribuída para os camponeses para sua exploração individual, familiar, coletiva ou cooperativa, mas se tornou propriedade estatal dirigida pelo INRA; 6. A nacionalização das empresas privadas não foi realizada em benefício dos trabalhadores, nem sua administração foi entregue aos sindicatos; 7. A educação se tornou monopólio do Estado e foi entronizada uma política oficial de doutrinação e culto à personalidade; 8. A juventude e a infância foram militarizadas como na Alemanha nazi, na Itália fascista e na Rússia bolchevique como pretexto de defender a pátria; 9. Os sindicatos perderam seu último vestígio de independência e se tornaram agências estatais; 10. O direito à greve foi abolido; 11. Os tribunais de justiça se tornaram tribunais políticos que julgavam opositores não por supostos delitos, mas por suas convicções; 12. A máxima de Benito Mussolini “nada fora do Estado, nada contra o Estado, tudo para o Estado” se tornou a bússola do Regime inaugurado por Fidel Castro (Iglesias, 1963: 19-20).

Iglesias não poupou palavras para apontar os aspectos tirânicos e as injustiças praticadas pelo novo governo, sempre diferenciando a topologia de sua crítica das lamúrias oriundas da oligarquia isleña que havia sido destituída do poder. Recuperou, inclusive, muitos elementos

da *Declaración*, ancorando nela seu diagnóstico, desenvolvendo críticas e observações sobre as feições assumidas pelo novo governo logo nos seus primeiros anos.

Com base nesse valioso *corpus*, é possível esboçar um exame crítico da Revolução Cubana a partir da perspectiva libertária, articulando pelo menos três dimensões fundamentais: o contexto histórico, os sujeitos que produziram os documentos e o alcance ético-político de seus conteúdos. Redigidas entre 1960 e 1963, ou seja, no turbilhão do processo revolucionário, mas antes da plena consolidação do Regime castrista como Estado de intenção socialista satelitizado à URSS, essas fontes expressam uma voz rara e dissonante, representativa da tradição anarcossindicalista atuante em Cuba desde o século XIX. Seus autores emergem como testemunhas comprometidas e politicamente engajadas, que combinam observação direta com posicionamentos críticos fundamentados.

Ao mesmo tempo que celebram a derrubada da ditadura de Fulgencio Batista, essas vozes anarquistas denunciam com lucidez precoce a tendência à centralização, estatização e repressão do novo poder revolucionário, resgatando princípios como autogestão, federalismo, democracia direta e liberdades civis.¹¹ Seu potencial crítico, contudo, foi historicamente limitado tanto pela repressão interna, que resultou na proibição, censura e recolhimento de seus escritos, quanto pelo silenciamento nos circuitos da esquerda internacional, marcado por um discurso binário típico da Guerra Fria. A própria recepção ambígua entre setores anarquistas, divididos quanto à interpretação da Revolução Cubana, revela os desafios de um posicionamento político diante de processos revolucionários ambivalentes. A preservação desses registros foi decisiva não apenas para garantir sua sobrevivência, mas também para afirmar a importância de memórias alternativas que recusam a naturalização da equivalência entre Regime e Revolução (ponto que iremos explorar logo a seguir).

Apesar de seu valor inegável como fontes de uma história a contrapelo (Benjamin, 1996), não há dúvidas de que esses materiais também devem ser lidos criticamente em relação a seus limites: em alguns trechos, suas objeções ao novo Regime beiram ao nivelamento entre a ditadura castrista nascente e o Regime ditatorial de Batista, o que pode ser interpretado como um exagero retórico motivado pelas experiências concretas de perseguição, fuzilamento, desmobilização sindical e censura vividas pelos anarquistas após 1959. Tais comparações, ainda que compreensíveis no contexto da repressão sofrida, podem obliterar diferenças substan-

tivas entre os dois Regimes em termos de projeto político, base social e reformas implementadas. Contudo, mesmo quando imprecisas em sua equiparação, essas críticas constituem alertas relevantes sobre os riscos da burocratização e da monopolização do poder em nome da revolução, e devem ser levadas em conta para uma leitura mais refinada e acurada dos processos revolucionários e de suas contradições internas.

Na próxima seção, com base na análise dos três materiais selecionados, serão evidenciados elementos que sintetizam as principais inquietações, diagnósticos e linhas de debate articuladas pelos anarquistas diante das transformações políticas e sociais desencadeadas no curso do processo revolucionário cubano.

Algumas chaves que orientaram o debate anarquista

Revolução x Regime

Um dos aspectos da caracterização dos rumos do processo revolucionário presente nos três documentos que nos parece fundamental para entender a visão dos anarquistas é a diferenciação entre *Revolução e Regime*. Para a imensa maioria dos grupos e organizações que tomaram partido na luta contra a ditadura de Batista inaugurada em 1952, incluindo o próprio Castro em várias de suas manifestações públicas realizadas até os primeiros meses de 1959, o que estava em jogo era a derrubada do Estado de Exceção e o restabelecimento da Constituição de 1940, uma das mais progressistas produzidas no país. Questões prementes como direitos humanos, sociais, trabalhistas e até a reforma agrária estavam contempladas na carta magna. A luta contra a tirania de Batista permitiu a articulação de uma ampla frente policlassista que tinha como principal demanda o retorno à democracia política, ao Estado de Direito e, como não poderia deixar de ser, a mobilização de setores populares adensou a radicalização de muitas demandas sociais, a principal delas, sem dúvida, associada ao combate ao latifúndio.

Os comunistas cubanos (PSP), historicamente avessos a Fidel Castro e vinculados a muitos dos governos que se sucederam até o golpe de Batista (incluindo seu primeiro governo, no qual tiveram cargos e foram beneficiados pela política de cooptação sindical), apoiaram tardiamente o campo da oposição armada orquestrado pelo M26J. E, curiosamente, depois das

conexões estabelecidas em *Sierra Maestra*, favorecida pelos dois marxistas convictos do grupo guerrilheiro, Raul Castro e Ernesto Che Guevara, o partido iria ocupar uma posição crescente e vertebradora do que se traduziria como governo revolucionário e suas políticas.

Os anarquistas foram entusiastas de primeira hora de todas as formas de resistência contra a ditadura de Batista, atuando a partir de suas próprias organizações, mas também colaborando em vários outros espaços, como o próprio M26J e o DR13M (Fernández, 2000). Lutando no *front* espanhol, contemporâneos da trágica derrota e das vidas ceifadas de companheiros pelo franquismo e pelo estalinismo entre 1936 e 1939, foram testemunhas da reprodução dos métodos autoritários, policialescos e repressivos conduzidos pelos comunistas para institucionalizar a Revolução nos moldes do aparato político autocrático inaugurado e disseminado pela URSS (Broué, 1978; Paz, 1978; Bolloten, 1991; Graham, 2002). Para os anarquistas, havia uma divisa explícita a ser defendida: radicalizar as conquistas sociais e democráticas da Revolução contra a formação de um novo Regime ditatorial, oligárquico, totalitário e satelitizado por Moscou. O Regime, tal como foi se apresentando, era lido como a degeneração da Revolução (Leval, 1962; Iglesias, 1963).

Sob esse prisma deve ser entendido o que foi denominado como parte da oposição anticomunista ao governo emergente. Longe da histeria macarthista e da paranoia generalizada que tomou conta dos Estados Unidos nos anos 1950, no contexto da Guerra Fria, em Cuba o antagonismo em relação ao *modus operandi* da III Internacional e de seus agentes possuía lastro em eventos ocorridos durante a Revolução Espanhola (Orwell, Trilling, 1980), na diáspora de Trotsky e na crítica acumulada pelos anarquistas desde o massacre de Kronstadt,¹² na eliminação dos grupos libertários liderados por Nestor Makhno na Ucrânia,¹³ bem como nos depoimentos de anarquistas históricos como Piotr Kropotkin e Emma Goldman, que conheceram o governo bolchevique e dialogaram com o próprio Lenin (Goldman, 1983; Kropotkin, 1970). Esse antagonismo era constantemente atualizado por notícias sobre dissidentes e outros sobreviventes de expurgos, campos de concentração e perseguições no interior da URSS e demais países sob sua órbita.

Se a direita e os grupos conservadores poderiam coincidir discursivamente no rechaço aos sistemas totalitários,¹⁴ o faziam por razões morais e geopolíticas diversas daquelas mobilizadas pelos anarquistas que eram, do ponto de vista de sua doutrina econômica, defensores do comunismo enquanto horizonte de socialização do trabalho e da produção.

Anti-imperialismo

Outro elemento importante que deve ser entendido como constitutivo das principais lutas sociais na América Latina são os efeitos do colonialismo e do imperialismo. Infelizmente, são relativamente recentes os trabalhos que incorporaram novas perspectivas sobre o papel dos anarquistas nos processos de libertação das colônias espanholas no século XIX, que em Cuba se conectou com o movimento criado por Jose Martí e o *Partido Revolucionário Cubano* (Anderson, 2014; Shaffer, 2000, 2011, 2020). Neles podemos observar que as preocupações sobre a dependência econômica, especialmente por parte das ambições geopolíticas dos EUA e de sua política intervencionista, era uma questão também latente no movimento libertário.

O internacionalismo anarquista cobrava uma intensa atividade de colaboração entre libertários cubanos e estadunidenses, favorecida inclusive pela habitual circulação de mão de obra e de exilados entre a ilha e a região da Florida em particular, e a ideia de autodeterminação dos povos sempre foi pautada pelos anarquistas como princípio, articulada de baixo para cima e fundamentada pelos valores federalistas, contrariando as construções autoritárias impostas pelos Estados Nacionais. Desse modo, os anarquistas elaboraram uma compreensão sobre o imperialismo que caracterizava a política da URSS como tal – o imperialismo vermelho e bolchevique, e buscavam uma solução que pudesse se situar para além da zona de tutela das duas potências nucleares que repartiam o mundo em zonas de influência. Para tanto, interpelavam por uma aliança com os povos latino-americanos e setores dominados em luta.

Militarização do povo

Outra inquietação que organizava o debate anarquista era o processo de militarização da população, especialmente crianças e jovens. Para perseguir os inimigos da Revolução, toda uma leitura maniqueísta sobre a oposição foi elaborada e disseminada pelos agentes do Regime, classificando quaisquer manifestações inconvenientes de dissidência como contrarrevolucionária e instrumentalizada pelo Departamento de Estado dos EUA. Tal política de policiamento ideológico foi favorecida pela incorporação da população adulta nas milícias populares e nos *Comités de Defensa de la Revolución* (CDRs), estes últimos, encarados pelos anarquistas como um aparelho nefasto de capilarização dos olhos e ouvidos do governo para estimular a permanente vigilância e denúncia de comportamentos suspeitos.

As escolas foram reorganizadas segundo parâmetros militares de ordem e disciplina, reproduzindo o *ethos* e o comportamento marcial entre crianças e jovens, substituindo a religião pelo culto à Pátria e a seus próceres. Fidel Castro em certa oportunidade havia discursado sobre a importância de transformar quartéis em escolas, porém, teria ocorrido justamente o contrário: as escolas viraram quartéis. Por isso a crítica anarquista acusava similitudes com a política educacional autoritária e doutrinadora comum nos Estados fascistas e totalitários.

Reforma agrária

Sem dúvida, a questão agrária era um problema visceral cuja solução era estratégica para a transformação social de qualquer país da região latino-americana e caribenha. A Revolução a encampou como preocupação nuclear, e o novo governo conferiu-lhe um tratamento próprio mediante a criação do INRA.

Os anarquistas foram praticamente vozes isoladas ao apontar as contradições da política agrária do governo revolucionário. Para a maioria dos apoiadores da Revolução, a mera distribuição de terras era uma virtude inquestionável como ação reparadora da estrutura de desigualdades sociais. Poucos se atentaram, infelizmente, para as peculiaridades da política redistributiva e seu papel deletério ao eliminar e cercear a capacidade de iniciativa e auto-organização dos camponeses, submetendo-os ao estrito controle da gestão autocrática do INRA e seus dirigentes.

Enquanto as organizações libertárias faziam coro com a máxima de Emiliano Zapata – “a terra para quem a trabalha” –, e incentivava a formação de comunas rurais administradas pelos próprios produtores a partir de associações voluntárias, o governo revolucionário efetivava a estatização de propriedades no campo e nas cidades sem conferir poder de decisão e autogestão aos trabalhadores. A nacionalização de empresas e terras culminou na estatização progressiva da economia e na concentração do poder político e econômico nas mãos da nova oligarquia dirigente. As cooperativas se tornaram meros nomes-fantasia para angariar apoio e simpatia da esquerda internacional, inclusive dos próprios anarquistas, quando efetivamente sua estrutura organizacional era vertical e burocratizada, na qualidade de empresa estatal aos moldes soviéticos.

Sindicalismo e direitos dos trabalhadores

Outro tema caro para os anarquistas foi o destino das organizações dos trabalhadores. A ditadura de Machado nos anos 1930 perseguiu e assassinou dezenas de lideranças sindicais libertárias, como o lendário anarquista Alfredo López. Os comunistas, durante o primeiro governo de Batista, se aproveitaram do apoio governamental e de sua participação no Ministério do Trabalho para angariar espaços no universo sindical, conectando as agremiações operárias às estruturas do Estado.

Mesmo assim, em razão da ampla tradição de luta sindical independente cubana, a Constituição de 1940 reconhecia significativos direitos trabalhistas. A grande obra do Regime arquitetado por Castro e seus colaboradores foi considerada nefasta nesse campo: estatizaram não apenas as organizações sindicais, que passaram a ser controladas sistematicamente pelo governo, mas também as demais organizações sociais (camponeses, mulheres, estudantes, escritores etc.). O direito de greve foi suprimido, muitas das garantias salariais e conquistas trabalhistas foram abolidas em nome da “cota de sacrifício” para a consolidação da Revolução, ampliando a jornada de trabalho e diminuindo remuneração e benefícios.

Educação

A universalização da educação foi reiteradamente considerada uma das principais conquistas sociais da Revolução. E não há o que se questionar em relação à virtude da democratização dos espaços de aprendizagem que foram favorecidos após 1959, além das heroicas campanhas de alfabetização. No entanto, o novo governo ignorou as conquistas educacionais alcançadas pelos movimentos e a sociedade cubana ao longo do século XX, que situava Cuba em uma posição não tão dramática comparado aos demais países da região.

O mais alarmante para os anarquistas, no entanto, foi a instrumentalização ideológica efetuada pelo Regime para “fabricar consciências” destinadas a fazer funcionar as novas engrenagens de obediência que estavam sendo instaladas, em um modelo de militarização da juventude que nada deixava a desejar para experiências nazifascistas e estalinistas.

Souchy relatou em seu *Testimonio* (1960: 35) sua inquietação com a construção de uma “cidade escolar”, planejada para atender um público estudantil de 22 mil pessoas, um projeto de proporções industriais inspirado

em um modelo soviético para formar mão de obra especializada e uma nova geração de cidadãos para atender os desígnios do Estado cubano, convenientemente isolando parte da juventude dos laços familiares e comunitários.

A Pátria foi alçada à categoria de divindade a qual corações e mentes da juventude deveriam ser conquistados para protegê-la da sanha contrarrevolucionária dos seus inimigos, institucionalizando a paranoia política e o culto à personalidade dos grandes líderes infalíveis e chefes supremos. Nesse aspecto, o governo pôde contar com a própria participação da população mobilizada permanentemente contra os críticos ao Regime, o que viabilizou a eliminação da liberdade de cátedra e a imposição do marxismo-leninismo como doutrina oficial nas universidades.

Um projeto socialista libertário para Cuba?

No final de seu *Testimonio*, Agustin Souchy asseverou a seguinte preocupação sobre os deslocamentos simbólicos operados pelo Regime na gramática da Revolução:

En el lapso de un año y medio que ha pasado después de la victoriosa revolución, el lenguaje común ha cambiado en Cuba paralelamente con la nueva política, dando nuevo sentido a palabras viejas. En ciertos lugares del país se dice 'dieta' para significar sueldo; un general se llama comandante; el monólogo de los jefes revolucionarios ante la televisión, democracia directa; el lema 'Patria o Muerte' está haciendo estragos profundos en la mente del pueblo, pues lo lógico sería decir 'Patria y Vida'; la reiterada divisa 'Consumir lo que el país produce es hacer Patria' es una buena intención mal interpretada, que debe rezar inversamente: 'Producir en el país lo que se consume'. Una gran parte de los cubanos asocian e interpretan la palabra cooperativa como equivalente a la construcción de grupos de casas por el INRA, y en fin hay otras curiosidades semánticas por el estilo (Souchy, 1960: 59).

Para os anarquistas, que tanta energia depositaram na construção de espaços culturais autoformativos e autoeducativos, promovendo em Cuba desde leituras de jornais e livros para audição coletiva nas fábricas de tabaco até a criação de bibliotecas e ateneus que brindavam seus frequentadores com exposições e obras de teatro, além da tradição das escolas racionalistas para trabalhadores e seus filhos, o combate ao capitalismo não poderia se limitar ao acerto de contas com as velhas classes privile-

giadas, nem poderia se concretizar conquistando pão sem liberdade. Ao levar às últimas consequências o lema da Associação Internacional de Trabalhadores (AIT), insistindo que “a emancipação dos trabalhadores será obra dos próprios trabalhadores”, os anarquistas se orientavam por princípios que inevitavelmente os colocavam no campo do que se pode denominar política prefigurativa,¹⁵ calcada na valorização de determinadas práticas ético-sociais que tornavam a experiência política a realização de um determinado modo de vida (Shaffer, 2019). Por isso, tamanho espanto de Souchy ao se deparar com as prestidigitações semânticas dos membros do governo revolucionário.

A tradição anarquista historicamente abordou a relação entre revolução política e revolução social de maneira distinta das escolas marxistas tradicionais. Enquanto o marxismo frequentemente privilegiou a tomada do poder estatal como etapa indispensável para a emancipação do proletariado (revolução política), os anarquistas enfatizaram que a transformação social coerente com os objetivos de superação das principais mazelas que constituem as sociedades modernas precisaria se realizar através da socialização e democratização do trabalho e da produção, com o mundo produtivo auto-organizado pelos próprios trabalhadores e suas instâncias de autogestão (revolução social). Tais instâncias e seus canais de decisão estariam vocacionados para substituir as funções desempenhadas pelas estruturas de poder centralizadas, verticais e hierárquicas, nas quais se assentariam os principais sistemas de dominação modernos (Kinna, 2019).

Tal antinomia entre revolução política e revolução social, que tem seus mais profundos antecedentes nas reflexões de Bakunin (2003), não apenas organiza a visão de mundo e o repertório de ação dos anarquistas cubanos, como também pode ter serventia como instrumento analítico para entender os contraditórios movimentos das dinâmicas de ruptura institucional provocada por movimentos de massas e ação armada, na qualidade de referências para se mensurar o alcance da Revolução entre a mudança de governantes ou redesenho das instituições de poder de um lado (com a manutenção ou recriação dos mecanismos de dominação), e a transformação radical e abrangente das estruturas econômicas, culturais e políticas de outro (horizonte da libertação).

E apesar da herança escatológica de verniz redentor com a qual a ideia de Revolução foi afirmada ao longo dos séculos XVIII e XIX, incorporada a seu modo pelo imaginário socialista e operário, poderá causar certo espanto quando evidenciamos que os anarquistas cubanos, por mais con-

victos e radicais que fossem a respeito de seus valores e ideias de superação do Estado e do Capital, parecessem mais realistas e “moderados” do que se poderia esperar diante da conjuntura que estavam vivendo. Sem dúvida, a derrubada da ditadura de Batista deveria ser realizada por todas as vias possíveis e efetivas. E todas as energias deveriam ser investidas para que o fim de seu governo criasse oportunidade para ampliar conquistas sociais e liberdades. Mas não havia ilusões de que se tratava de uma revolução política, e nela não poderiam estar depositadas seus anseios imediatos de transformação social.¹⁶

Os anarquistas cubanos pensavam e atuavam a partir dessas coordenadas, e quando evocamos a diferenciação entre Revolução e Regime na qual eles tanto insistiam, podemos considerar que tais termos refletem aquela oposição, além de sinalizar uma preocupação talvez pouco valorizada na apreciação de fenômenos dessa natureza, sobre as particularidades (e sentidos) dos processos de institucionalização dos desdobramentos das transformações sociais.

Quando o Estado cubano, na condição de demiurgo, intérprete sancionado e herdeiro legítimo do processo insurrecional proclama e afirma a identidade entre Revolução e Regime, ele comprime e ajusta o tempo histórico às necessidades de reprodução da nova ordem da qual ele é, simultaneamente, a garantia e o resultado, se colocando em uma espécie de campo meta-histórico. Ele define quem são os atores relevantes da Revolução, seus aliados e inimigos, território tipicamente da ideologia, como propunha Mannheim.

O lema *Patria o Muerte*, por exemplo, reflete a redução da multiplicidade de significados da revolução à dicotomia maniqueísta entre lealdade ao Regime e traição. Souchy denunciou a mobilização de mecanismos simbólicos e linguísticos dessa natureza para adaptar a linguagem da Revolução às conveniências do Regime porque temia os efeitos dessa modalidade de controle e remodelamento da realidade social. Nada muito diverso do que fizeram os bolcheviques ao se estabelecerem no poder, subtraindo dos soviets seus sentidos e propósitos fundacionais – as práticas de democracia direta e autogestão (Skirda, 2017).

Reduzir toda a oposição ao Regime a uma reação exclusiva de grupos privilegiados, batistianos ligados às antigas oligarquias, sob o patrocínio dos interesses imperialistas dos EUA, foi a estratégia adotada e disseminada dogmaticamente pelo novo governo, que assumiu monopolisticamente o

poder político com o apoio de outro imperialismo, o soviético. Tal construção discursiva foi adotada pela esquerda latino-americana e internacional de forma praticamente inquestionável, e suas consequências podem ser observadas ainda nos dias de hoje no imaginário progressista do nosso tempo. Entretanto, um olhar acurado sobre a ebulição que deu origem à Revolução permite ver sua heterogeneidade política e social, mesmo no interior de grupos como o M26J e o DR13M, que precisou passar por longos processos de depuração à medida que os comunistas foram ocupando posições de prestígio e comando no interior do novo Regime.

Esse foi o caso dos anarquistas, que, junto a outros grupos democráticos e adversários da bolchevização de Cuba, tentaram resistir com os recursos disponíveis, dentro e fora da ilha. Apesar de aceitarem a colaboração com setores não anarquistas em prol de resgatar a Revolução do domínio autocrático para o qual se encaminhava, havia clareza quanto à natureza e aos limites das alianças, que dispensava qualquer relação com os setores reacionários:

Creemos que es imprescindible constituir un bloque de izquierdas que contrabalancee el enorme poder político y económico que tienen internacionalmente las fuerzas reaccionarias que combaten al castrocomunismo, para evitar que la caída del régimen totalitario cubano produzca el establecimiento de un régimen totalitario al estilo del que acogota al pueblo español hace más de veinte años (*Declaración*, 1960: 94).

Para um esforço de reconstituição de uma proposta dos anarquistas cubanos para a Revolução da qual participaram, a mencionada *Declaración* (1960: 39-41) se apresenta como uma das fontes mais ricas de indicações para a prospecção de um possível programa libertário, sistematizada em oito pontos ou princípios que deveriam orientar a ação dos anarquistas no debate público durante o calor das mudanças, para dessa forma influir no curso dos acontecimentos:

1. Contra o Estado em todas suas formas, principalmente suas derivas centralizadoras e liberticidas (totalitarismo e ditadura). As transformações econômicas e políticas devem estar articuladas pois são solidárias.
2. Os sindicatos são os órgãos econômicos da Revolução, consistindo na representação genuína dos trabalhadores, contendo elementos técnicos e humanos necessários para gerir a economia rumo às transformações econômicas no sentido de passar do “governo dos seres humanos” à “administração das coisas”.

3. Terra e liberdade, a terra para quem a trabalha, segundo a máxima lançada por Emiliano Zapata:

Tierra para labrarla y hacerla producir, libertad para organizarse y administrar los productos de su esfuerzo y de sus afanes como mejor los estimen ellos mismos: mediante el cultivo individual o familiar, en algunos casos, con la creación de cooperativas libres de producción, entre otros, organizando granjas colectivas, en lo que esto sea posible, pero siempre por la voluntad libérrima de los campesinos, nunca por la imposición de los representantes del Estado (1960: 39).

4. A escola deve instruir, a família e a comunidade, educar. O conhecimento deve ser livre e os espaços de produção de saberes regidos pelo amplo debate público e a liberdade de expressão. As definições do que deve ser aprendido nunca deve estar nas mãos de minorias economicamente privilegiadas ou sob o monopólio do Estado.

5. A luta contra o nacionalismo, o militarismo e o imperialismo. Pela confederação dos povos livres, contra os imperialismos e o colonialismo em todas suas formas:

Nos oponemos resueltamente a la educación militarista de la juventud, la creación de ejércitos profesionales y a la organización de aparatos militares para adolescentes y los niños. Para nosotros, nacionalismo y militarismo son sinónimos de nazifascismo. Lucharemos, invariablemente y siempre, para que haya menos soldados y más arados, menos cañones y más pan para todos (1960: 40).

6. Ao centralismo burocrático, opor as práticas e organizações federalistas. Lutar contra a formação de instituições autoritárias e totalitárias, que engendram uma nova elite burocrática, uma perigosa classe política capaz de concentrar o poder econômico e político:

Estimamos que la organización de la sociedad humana debe partir de lo simple a lo compuesto, de abajo a arriba, esto es, comenzar em los organismos básicos, municipios, sindicatos, cooperativas, centros docentes, asociaciones campesinas, etc., hasta integrarse em las grandes organizaciones nacionales e internacionales, sobre la base del pacto federal entre iguales que se organizan libremente para cumplir fines comunes (1960: 41).

7. Conjugar liberdades individuais e liberdades coletivas. Uma não existe sem a outra:

Es urgente garantizar los derechos humanos, esto es, la libertad de expresión, el derecho al trabajo y a una vida decorosa, la libertad de religión, la inviolabilidad del domicilio, el derecho a ser juzgados por personas imparciales y justas, el derecho a la cultura y a la salud, etc., sin lo cual no existen normas civilizadas de existencia humana. Estamos contra la discriminación racial, las persecuciones políticas, la intolerancia religiosa y la injusticia económica y social (1960: 41).

8. A Revolução é de todos, e não deve ser apropriada nem sequestrada por uma oligarquia política, por mais bem intencionada que seja. Os anarquistas devem apoiar tudo que possa melhorar a vida do povo cubano, denunciando e resistindo a todas as tendências autoritárias que se apresentem. E, aqui, a maior tragédia dos libertários:

Las viejas clases reaccionarias que se baten desesperadamente por reconquistar sus abolidos privilegios, nos tienen en frente, las nuevas clases opresoras y explotadoras que apuntan ya en el horizonte revolucionario, también (1960: 41).

Ao que tudo indica, havia uma clareza de orientação para a ação política no sentido de deter qualquer caminho da Revolução que pudesse fazer a insurreição desaguar em um Regime autoritário. Nos textos de Agustín Souchy e Abelardo Iglesias, evidencia-se a resistência ante o progressivo processo de apropriação do discurso revolucionário pelos comunistas cubanos e seus aliados, através da manipulação simbólica da linguagem e da imposição de políticas que atendiam de forma seletiva e tutelar as demandas populares. A centralização política e econômica, a supressão de liberdades individuais e coletivas, e a militarização da sociedade são apontadas como elementos de degeneração do ideal revolucionário original. Iglesias, em particular, sintetizou as contradições ao mostrar como o Regime de Fidel Castro replicou práticas de sistemas totalitários anteriores, anulando conquistas sociais e marginalizando qualquer dissidência, inclusive aquela oriunda de setores de esquerda como os anarquistas.

A *Declaración* se afirmava como um contraponto essencial a essa trajetória, defendendo ideias para promover e consolidar o horizonte de mudanças aberto pela Revolução baseadas na autogestão, no federalismo e na conjugação das liberdades individuais e coletivas. As propostas incluíam

a descentralização do poder, a autonomia dos sindicatos como órgãos econômicos de uma sociedade radicalmente democrática e a luta contra o militarismo e o imperialismo em todas as suas formas. A crítica anarquista ressaltava a necessidade de uma Revolução que não se transformasse em novo Regime oligárquico, alertando para o surgimento de elites burocráticas que, sob o pretexto de defender o povo, acabavam por reproduzir opressões. Assim, o texto refletia as tensões entre as correntes autoritárias e libertárias no interior dos movimentos revolucionários, destacando o esforço anarquista em manter vivos os princípios de liberdade, igualdade e autonomia.

Como deve ser destacado mediante o estudo dos documentos em tela, nos parece indiscutível que os anarquistas foram defensores da ampliação de todas as conquistas sociais que a insurreição popular poderia desencadear e acreditavam que o restabelecimento das liberdades individuais e democráticas, mesmo sob a tutela de uma limitada democracia política era preferível a viver sob qualquer tipo de domínio de exceção. Nunca professaram ilusões quanto à implantação de um novo sistema social por decreto e intuía que a luta naquela circunstância derrubaria um ditador, e não o Estado e o Capital. A radicalidade de seus princípios se ajustava à flexibilidade e paciência para a execução de um programa libertário condicionado à sua realidade histórica e à musculatura de seu movimento.

Ainda que, à primeira vista, possa parecer tentador concluir que a consciência anarquista dos limites da radicalização da Revolução Cubana coincida, em alguma medida, com uma leitura etapista da história típica do marxismo ortodoxo, essa aproximação revela-se equivocada ao se analisar os pressupostos que animam cada tradição. Diferentemente de um marxismo que concebe a revolução como um processo organizado em fases supostamente objetivas (uma revolução “burguesa democrática” preliminar que abriria caminho, em um momento posterior, para a construção do socialismo), os anarquistas partem de uma concepção radicalmente distinta da transformação social. Para os libertários, a revolução não é uma sequência de etapas delineadas que podem ser aceleradas a partir do timão do poder, mas um processo vivo, construído de baixo para cima, no qual a expropriação dos meios de produção e a reorganização autônoma da sociedade são, simultaneamente, condição e efeito do movimento social emancipatório.

O que poderíamos chamar de “realismo libertário” em relação ao contexto cubano não derivava, portanto, de uma aceitação de um programa de tipo etapista, mas da inferência de que os elementos necessários para

a construção de uma nova sociedade (a capacidade de exercer disseminadamente um repertório de ação coletiva baseado na ação direta e na auto-organização das massas) eram ainda precários. A impossibilidade de transitar da ruptura política para uma ruptura social profunda, entendida como autotransformação das bases sociais e econômicas pela ação direta das classes populares, impedia, aos olhos dos anarquistas, a efetivação imediata de uma revolução social genuína. E o governo revolucionário atuou sistematicamente fechando canais que poderiam permitir o amadurecimento desse repertório de ação direta e auto-organização defendido pelos anarquistas.¹⁷

Assim, o reconhecimento dos limites do processo em 1959 não correspondia a uma adesão a uma teleologia etapista, mas à fidelidade a uma concepção de revolução que recusa a ideia de mera substituição do poder estatal como recurso favorável para a emancipação. São, portanto, pontos de partida distintos: para o marxismo ortodoxo, a centralidade da tomada do poder estatal como etapa necessária; para o anarquismo, a centralidade da construção dos espaços e estruturas da nova sociedade no próprio processo de luta.¹⁸

Profundos conhecedores da experiência espanhola, acompanhada de perto por muitos militantes que se encontravam exilados em Cuba, contemporâneos daquela Revolução abortada, entre outras coisas, pelas mãos do stalinismo, os anarquistas estavam dispostos a trabalhar para que a Revolução Cubana pudesse dar plena vazão às energias democratizantes e socializantes que poderiam fazer de seu país, em uma conjuntura mais favorável, um generoso ensaio de uma sociedade socialista libertária.

Considerações finais

As evidências e reflexões apresentadas ao longo deste artigo objetivavam reforçar a necessidade de repensar a memória oficial da Revolução Cubana, reconhecendo as contribuições e críticas dos anarquistas durante o processo revolucionário. A análise dos documentos históricos das lavras de Agustin Souchy e Abelardo Iglesias revela a participação ativa dos anarquistas, sua defesa intransigente de um projeto político e econômico baseado na democracia direta, na autogestão e no federalismo, além da luta contra qualquer forma de autoritarismo e centralização do poder. Essas vozes, embora subalternizadas e ocultadas, elementos vicejantes de uma congruente história

a contrapelo (Benjamin, 1996), emergem como peças fundamentais para a compreensão das contradições internas da Revolução e de sua posterior institucionalização em novo Regime autoritário, como apontado por Iglesias.

A análise anarquista se mostrou profética ao denunciar as políticas que, sob a justificativa de proteger a Revolução, instauraram práticas totalitárias, a supressão das liberdades individuais e coletivas, a militarização da sociedade cubana e produziram uma nova classe dirigente privilegiada (López Ávalos, 2007). Tais críticas, longe de representarem uma oposição reacionária, foram expressões de um compromisso com os ideais socialistas libertários que vislumbravam uma Cuba mais justa e igualitária, orientada democraticamente pela participação ativa dos trabalhadores e camponeses na gestão de suas vidas e comunidades. Ao reafirmar os princípios libertários em um contexto de monopolização crescente das estruturas de poder, os anarquistas deixaram um legado de resistência e um alerta sobre os perigos da burocratização e da reprodução de reiteradas formas de opressão. A retomada dessas memórias não apenas enriquece o debate sociológico e historiográfico, mas também convida à reflexão sobre os desafios enfrentados por movimentos revolucionários em suas tentativas de conciliar liberdade, igualdade e justiça social.

Embora a crítica anarquista ao novo Regime cubano apresente especificidades próprias, fundadas na defesa da autogestão, do federalismo e da democracia direta, ela partilha convergências com outras vozes dissidentes que emergiram nos primeiros anos da Revolução. Setores da oposição interna, como antigos membros da Junta Revolucionária e dissidências dentro do próprio M26J e do DR13M, também denunciaram o rápido fechamento dos espaços democráticos, a militarização da sociedade civil e as violações sistemáticas dos direitos humanos, como a supressão do direito de greve e a perseguição a opositores políticos (Fernández, 2000; Farber, 2011). Da mesma maneira, exilados políticos de variadas orientações, incluindo antigos aliados do processo insurrecional, denunciaram a instauração de um Regime de partido único e o uso da repressão estatal como mecanismo de manutenção do poder (Pérez-Stable, 2012). Nesse sentido, a crítica anarquista insere-se em um debate mais amplo que atravessou a Revolução Cubana já em sua fase de consolidação, evidenciando que o mal-estar diante das tendências autoritárias do novo governo não era uma posição isolada ou restrita

a setores conservadores, mas ecoava também em expressões radicais de esquerda e setores populares comprometidos com a emancipação social e política.

Editor responsável: Luiz Augusto Campos.

(Recebido para publicação em 19 de dezembro de 2024)

(Reapresentado em 29 de maio de 2025)

(Aprovado para publicação 16 de junho de 2025)

Notas

1. Significativo assinalar que foi o trabalho pouco conhecido de Vania Bambirra (1971) uma das interpretações pioneiras do processo cubano que endossava a contribuição dos movimentos sociais daquele país na construção da atmosfera insurgente.
2. Além do mais, escritos de Ernesto Che Guevara e Régis Debray se tornaram expoentes de uma literatura que lançou bases para muitos movimentos de luta armada ao redor do mundo (Debray, 2017; Guevara, 2020).
3. O movimento comunista e socialista cubano também merece, por sua vez, um tratamento mais cauteloso quanto a sua composição e heterogeneidade. Embora a historiografia sintonzada com o partido-Estado, por razões de simplificação política e ideológica, esteja inclinada a sustentar uma linha de continuidade entre o partido comunista fundado em 1925 (que entre seus quadros fundadores, além da emblemática figura estudantil martirizada de Julio Mella, contava com um experiente sindicalista proveniente do meio anarquista e colaborador de José Martí, Carlos Baliño) e suas versões ou reagrupações posteriores, como o PSP. Existem valiosas investigações e relatos sobre expressões significativas do marxismo cubano não alinhadas com as diretrizes russo-soviéticas (Guanche, 2020; Cushion, 2017; Prado, 2017; Rojas, 2005; Franqui, 1976).
4. Importante assinalar e insistir que, embora atualmente a literatura especializada sobre o movimento anarquista cubano seja abundante e relativamente robusta para o período que vai da segunda metade do século XIX às duas primeiras décadas do século XX, para o recorte historicamente delimitado por este estudo (fundamentalmente as décadas de 1950 e 1960), com exceção de estudos recentes de Schaffer (2023) e de Rodríguez Trejo (2020, 2022), estimulados pelo livro precursor de Fernández (2000), reconhecemos que estamos diante de um território ainda a ser devidamente perscrutado.
5. Existe uma polêmica sobre “o grau” de apoio oferecido pela FAU ao regime revolucionário cubano no início dos anos 1960. Viana da Silva (2019) oferece uma interpretação que busca apresentar as condicionalidades da defesa promovida pela FAU diante de seu compromisso com um projeto anti-imperialista terceiro-mundista. Por sua vez, Rodríguez Trejo (2022), fundamentado em correspondências trocadas entre anarquistas cubanos e argentinos, revela a perplexidade e o assombro dos ácratas caribenhos diante de seus companheiros uruguaios que tinham informações privilegiadas sobre o que estava ocorrendo na ilha e, mesmo assim, optaram por se esquivar de qualquer manifestação crítica ao regime.
6. A Federação Libertária Argentina (FLA) foi fundada em 1935, em Buenos Aires, como resultado da reorganização do movimento anarquista argentino após a crise provocada pela repressão

estatal e pelas divisões internas que marcaram a crise da Federação Obrera Regional Argentina (FORA) de tendência anarcossindicalista. Durante as décadas de 1940 e 1950, mesmo sob contextos de forte repressão durante regimes autoritários na Argentina, a FLA manteve viva a atuação cultural, sindical e editorial do anarquismo, destacando-se como um dos principais polos de resistência libertária no Cone Sul. Sua ligação com a editora *Reconstruir*, fundada em 1959, ampliou seu alcance ao tornar-se um dos principais instrumentos de difusão do pensamento anarquista e de acolhimento de dissidências revolucionárias, como no caso dos exilados e críticos anarquistas cubanos após a Revolução de 1959 (Cappelletti, Rama, 1990).

7. Em novembro de 1961 Manuel Gaona redigiu e divulgou uma carta pública em nome dos anarquistas que aderiram ao novo governo, provocando enorme revolta entre antigos companheiros, que contariam com um elemento a mais para ser identificados junto aos demais opositores como contrarrevolucionários (Fernández, 2000: 98).
8. O mesmo material seria fonte para outra publicação, viabilizada pela cooperativa editorial da ALC en La Habana, “Cooperativas libres”.
9. Víctor Serge foi um militante anarquista russo que colaborou com o giro bolchevique da revolução em seu país, se tornando posteriormente uma vítima da própria revolução que endossou.
10. A propósito dessa questão, o antropólogo cubano Dmitri Prieto Samsonov cunhou o conceito de transdominação, originalmente tendo como cenário histórico a Revolução Haitiana, para compreender a complexa vinculação entre movimentos de libertação e seus respectivos desdobramentos como atualização das estruturas de dominação, recrutando elementos oriundos dos subalternos como novos senhores e autoridades. Embora a tese não tenha nenhum compromisso com qualquer tipo de axioma teleológico típico das leituras presentes na teoria das elites e as dinâmicas imponderáveis de toda instituição de poder, abre uma importante agenda de pesquisa que merece ser levada às últimas consequências para visualizar as particularidades dos trânsitos revolucionários empiricamente constatados entre libertação e dominação. E, certamente, as revoluções de intenção socialista e de libertação nacional integram um relevante escopo de análise que poderia ser muito enriquecido mediante a proposta de interpretação de Samsonov (2020).
11. Fundamental assinalar que os anarquistas não foram os únicos a perceber a progressiva guinada autoritária do Regime. Outros atores de setores democráticos, liberais e socialistas do que poderíamos chamar de campo progressista (muitos membros do M26J, por exemplo), que contribuíram para a derrocada do Batistato, também foram objeto de repressão e lançados ao exílio por seus posicionamentos políticos divergentes (Franqui, 2006).
12. Repressão brutal realizada pelo governo bolchevique através do Exército Vermelho, dirigido por Leon Trotsky, contra os marinheiros, soldados e trabalhadores da base naval de Kronstadt, localizada em uma ilha próxima a Petrogrado (atual São Petersburgo), em março de 1921, durante a Revolução Russa. O evento é amplamente considerado um marco simbólico da ruptura entre os bolcheviques e os ideais de democracia direta e autogestão defendidos por setores revolucionários, incluindo anarquistas e socialistas libertários (Avrich, 2014).
13. O movimento revolucionário anarquista liderado por Nestor Makhno durante a Guerra Civil Russa (1918-1921), na região da Ucrânia, foi uma experiência única de autogestão, federalismo e resistência contra o autoritarismo tanto dos bolcheviques quanto das “forças brancas” (contrarrevolucionárias). Makhno e seu “Exército Negro” defenderam a criação de comunas libertárias e uma sociedade sem Estado, baseada na cooperação voluntária dos camponeses e trabalhadores (Skirda, 2020).

14. Embora os debates sobre totalitarismo tenham se estabelecido após a ascensão do fascismo italiano, do nazismo alemão e do stalinismo soviético, curiosamente foi Leon Trotsky um dos primeiros a empregar a ideia de totalitarismo para descrever o Regime que o expulsou de seu país, entendendo o fenômeno como um desvio burocrático que subordinava os trabalhadores ao controle absoluto do partido e do Estado.
15. O termo política prefigurativa foi formalmente cunhado e desenvolvido na segunda metade do século XX por teóricos ligados a estudos de movimentos sociais e ação direta, como Carl Boggs (1977), descrevendo práticas que antecipam o futuro desejado. O conceito tem raízes profundas no pensamento anarquista, e alguns de seus aspectos podem ser encontrados também em outros teóricos marxistas como Rosa Luxemburgo e Antonio Gramsci.
16. Embora seja um pensador operário do século XIX, existe em Proudhon (2017) uma compreensão sobre o conceito de revolução nada escatológico, como um processo aberto, contraditório, permanente e de longo prazo. Tal visão vai ao encontro de leituras contemporâneas que enfatizam a interconexão entre revoluções moleculares e rupturas de larga escala, como propostas por Deleuze e Guattari.
17. Cabe assinalar que, enquanto os comunistas do PSP criticavam a luta armada contra o governo de Batista e até mesmo um projeto iminente de revolução social, por seu comprometimento com uma leitura marxista ortodoxa da realidade cubana, os anarquistas se lançaram no movimento de luta contra a tirania em todas as suas frentes, inclusive a armada, e trabalharam incansavelmente, apesar dos diagnósticos desalentadores, para construir o ambiente político e social favorável ao desenvolvimento de uma revolução social.
18. Essa diferença de concepção entre o anarquismo e o marxismo ortodoxo no que tange à revolução social pode ser claramente identificada na obra de vários pensadores libertários. Mikhail Bakunin, por exemplo, ao criticar a ideia de “ditadura do proletariado” formulada por Marx, já afirmava que a emancipação dos trabalhadores deveria ser obra deles mesmos, organizada de forma horizontal e autônoma, sem a intermediação de qualquer aparato estatal (Bakunin, 2003). Piotr Kropotkin, por sua vez, insistiu que a revolução social deveria emergir da ação direta das massas, abolindo simultaneamente o Estado e o regime de propriedade privada, e não se limitando a mudanças no controle político (Kropotkin, 1970). Em uma análise posterior das experiências do século XX, Gastón Leval reiterou que a revolução anarquista não poderia ser entendida como simples tomada de poder, mas sim como a criação progressiva de novas formas de vida coletiva baseadas na autogestão, surgidas diretamente das iniciativas populares (Leval, 1975). Esses autores, entre outros, sustentam a impossibilidade teórica de se equiparar a visão libertária ao etapismo marxista: seus projetos de transformação social partem de premissas radicalmente distintas sobre o papel do Estado, da autoridade e da prática revolucionária. De fato, há interessantes e frutíferos pontos de contato entre anarquismo e marxismo, mas esses devem ser buscados em linhagens distintas e opositoras ao que se consolidou sob a chancela do leninismo, que praticamente dominou o marxismo do século XX.

Referências

- Anderson, Benedict. (2014), *Sob Três Bandeiras. Anarquismo e Imaginação Anticolonial*. Campinas: Edunicamp.
- Ayerbe, Luis Fernando. (2004). *A Revolução Cubana*. São Paulo: Unesp.
- Avrich, Paul. *Kronstadt 1921*. (2014), Princeton: Princeton University Press.
- Bambirra, Vania. (1971), *La Revolución Cubana: Orígenes, Desarrollo y Perspectivas*. México: Siglo XXI Editores.
- Bakunin, Mikhail. (2023), *Estatismo e Anarquia*. São Paulo: Imaginário.
- Bellé, Júnior. (2009), *Revolução Cubana: Mais à Esquerda que o Castrismo*. São Paulo: Editora Faísca.
- Benjamin, Walter. (1996), “Sobre o conceito de história”. In: *Magia e Técnica, Arte e Política: ensaios sobre literatura e história da cultura*. São Paulo: Editora Brasiliense.
- Boggs, Carl. (1977), “Marxism, Prefigurative Communism, and the Problem of Workers Control”. *Radical America*, [s. l.], v. 11, n. 100.
- Bolloten, Burnett. (1991), *The Spanish Civil War: Revolution and Counterrevolution*. Chapel Hill: University of North Carolina Press.
- Broué, Pierre. (1978), *La Revolución y la Guerra de España*. Barcelona: Ediciones Martínez Roca.
- Buch, Luis; Suárez, Reinaldo. (2004), *Gobierno Revolucionario Cubano. Primeros Pasos*. La Habana: Editorial de Ciencias Sociales
- Cappelletti, Angel; Rama, Carlos. (1990), *El Anarquismo en América Latina*. Caracas: Biblioteca Ayacucho.
- Chomsky, Ava. (2015), *História da Revolução Cubana*. São Paulo: Veneta.
- Chomsky, Noam; Prashad, Vijay. (2024), *On Cuba: Reflections on 70 Years of Revolution and Struggle*. New York: The New Press.
- Cushion, Steve. (2017), *Movimiento Obrero Revolucionário*. La Contribución de la Clase Obrera al Triunfo de la Revolución Cubana. La Habana: Editora Historia.
- De Paz-Sánchez, Manuel. (2017), “Voces Disonantes. Opiniones Libertarias sobre Venezuela y Cuba (1958-1961)”. *Revista de Indias*, [s. l.], v. 77, n. 270.
- Debray, Régis. (2017), *Revolution in the Revolution? Armed Struggle and Political Struggle in Latin America*. London: Verso.
- Declaración de Principios de la Agrupación Sindicalista Libertaria de Cuba. (1960), *Revista Reconstruir*, n. 10. Buenos Aires.
- Estefanía, Carlos. (2000-2001), “Anarquistas y comunistas en Cuba en la coyuntura de 1959”. *Iniciativa Socialista*, n. 59, invierno 2000-2001, Madrid. Disponível em: <https://fundanin.net/2019/03/25/anarquismo-en-cuba/>. Acesso em: 7 out. 2024.
- Farber, Samuel. (2011), *Cuba since the Revolution of 1959: A Critical Assessment*. Chicago: Haymarket Books.

Memórias de Mundos Desaparecidos

- Fernández, Frank. (2000), *El Anarquismo en Cuba*. Madrid: Fundación de Estudios Libertarios Anselmo Lorenzo.
- Franqui, Carlos. (1976), *Diario de la Revolución Cubana*. Barcelona: Ediciones R. Torres.
- Franqui, Carlos. (2006), *Cuba, la Revolución: ¿Mito o Realidad? Memorias de un Fantasma Socialista*. Barcelona: Ediciones Península.
- Gleijeses, Piero. (2002), *Conflicting Missions: Havana, Washington, and Africa, 1959-1976*. Chapel Hill: University of North Carolina Press.
- Goldman, Emma. (1983), *My Disillusionment in Russia*. Reprint [d. Aug.] 1970 ed. Gloucester, Mass: Smith.
- Gott, Richard. (2006), *Cuba. Uma Nova História*. Zahar: Rio de Janeiro.
- Guanche, Julio César. (2020), La Tradición Negra Radical en Cuba, y el Marxismo (2). Disponível em: <https://jcguanche.wordpress.com/2020/05/23/la-tradicion-negra-radical-en-cuba-y-el-marxismo-2/>. Acesso em: 28 maio 2025.
- Guevara, Ernesto “Che.” (1995), *Reminiscences of the Cuban Revolutionary War*. Melbourne: Ocean Press.
- Graham, Helen. (2002), *The Spanish Republic at War, 1936-1939*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Harnecker, Marta. (1978), *Cuba: Dictadura o Democracia*. 7 ed. México: Siglo XXI.
- Huberman, Leo; Sweezy, Paul. (1960), *Cuba: Anatomy of a Revolution*. New York, Monthly Review Press.
- Iglesias, Abelardo. (1963), *Revolución y Dictadura en Cuba*. Editorial Reconstruir: Buenos Aires.
- Kropotkin, Piotr Alekseevich. (1970), *Selected Writings on Anarchism and Revolution*. Cambridge, Mass: M.I.T. Press.
- Kinna, Ruth. (2019), *The Government of No One: The Theory and Practice of Anarchism*. Londres: Pelican Books.
- Koselleck, Reinhart. (2006), *Futuro Passado: Contribuição à Semântica dos Tempos Históricos*. Rio de Janeiro: Editora Contraponto.
- Leval, Gastón. (1962), “El Castro-Comunismo no Puede Engañar a Nadie”. *Revista Reconstruir*, Buenos Aires, n. 21, p. 25.
- Leval, Gastón. (1975), *El Anarquismo y el Poder: la Revolución Social en España*. Buenos Aires: Ediciones Americalee.
- López Ávalos, M. (2007), El Guerrillero de Vanguardias Revolucionarias y Elites Políticas: el Caso de Cuba. Tese de Doutorado em Estudos Latinoamericanos, Universidad Nacional Autónoma de México, México.
- Mannheim, Karl. (1986), *Ideologia e Utopia*. 4.ed. Rio de Janeiro: Guanabara
- Marcuse, Herbert. (1960), *Revolution in Cuba: An Essay in Understanding*. Nova York: Monthly Review Press.
- Orwell, George; Trilling, Lionel. (1980), *Homage to Catalonia*. San Diego: Harcourt Brace & Co.
- Paz, Abel. (1978), *Durruti en la Revolución Española*. Barcelona: Ediciones Bruguera.

- Pérez, Louis A., Jr. (2014), *Cuba: Between Reform and Revolution*. Oxford: Oxford University Press.
- Pérez-Stable, Marifeli. (2012), *The Cuban Revolution: Origins, Course, and Legacy*. New York: Oxford University Press.
- Perrottet, Tony. (2019), *Cuba libre! Che, Fidel, and the Improbable Revolution that Changed World History*. New York: Blue Rider Press.
- Pocock, John Greville Agard; MICELI, Sergio (org.). (2003), *Linguagens do Ideário Político*. São Paulo: Edusp.
- Prado, Giliard da Silva. (2017), “O Comunismo Ortodoxo no Banco dos Réus da Revolução”. In: *ANPUH – XXIX Simpósio Nacional de História*. Disponível em: https://www.snh2017.anpuh.org/resources/anais/54/1502844969_ARQUIVO_GiliarddaSilvaPrado-textocompletoSNH2017.pdf. Acesso em: 28 abr. 2025.
- Prashad, Vijay. (2008), *The Darker Nations: A People's History of the Third World*. New York: The New Press.
- Proudhon, Pierre-Joseph. (2017), *Do Princípio de Autoridade*. São Paulo: Intermezzo.
- Rojas, Rafael. (2005), “Anatomia do Entusiasmo: Cultura e Revolução em Cuba (1959-1971)”. *Tempo Social*, v. 17, n. 2, p. 219-242. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ts/a/GdScFhN8N-zXBfCD99bgRWt/>. Acesso em: 28 abr. 2025.
- Rodríguez Trejo, Eduardo Daniel. (2020), “Los Anarquistas y la Revolución Cubana: entre el Júbilo y el Desencanto”. *Pacarina del Sur* [En línea], año 11, n. 42.
- Rodríguez Trejo, Eduardo Daniel. (2022), “Lecturas Ácratas en Torno a la Revolución Cubana”. *Archivos de Historia del Movimiento Obrero y la Izquierda*, n. 20, p. 161-181.
- Rodríguez, Carlos Rafael. (1965), *La Revolución Cubana*. Havana: Editorial de Ciencias Sociales.
- Ruiz, Ramón Eduardo. (1968), *The Making of a Revolution: Cuba 1959*. Nova York: W.W. Norton & Company.
- Samsonov, Dmitri Prieto. (2020), *Transdominação no Haiti (1791-1826): Uma Leitura Libertária da Primeira Revolução Social Vitoriosa nas Américas*. São Paulo, Entremares.
- Sánchez Cobos, Amparo. (2019), “¡Tierra! y la Internacionalización del Anarquismo Cubano (1902-1915): Editores y Ediciones”. *Historia y Política: Ideas, Procesos y Movimientos Sociales*, [s. l.], n. 42, p. 55-83.
- Sánchez Cobos, Amparo. (2023), “Mujeres y Anarquismo en Cuba. Transnacionalismo, Prensa y Emancipación Femenina a Inicios del Siglo XX”. *Historia Social*, [s. l.], n. 106, p. 123-142.
- Shaffer, Kirwin R. (2000), “Cuba para Todos: Anarchist Internationalism and the Cultural Politics of Cuban Independence, 1898-1925”. *Cuban Studies*, v. 31, p. 45-75.
- Shaffer, Kirwin R. (2011), “Contesting Internationalists: Transnational Anarchism, Anti-Imperialism and US Expansion in the Caribbean, 1890s-1920s”. *EIAL*, v. 22, n. 2, p. 11-38.
- Shaffer, Kirwin R. (2019), *Anarchist Cuba: countercultural politics in the early twentieth century*. Oakland: PM Press.
- Shaffer, Kirwin R. (2020), *Anarchists of the Caribbean: Countercultural Politics and Transnational Networks in the Age of US Expansion*. 1. ed. [S. l.]: Cambridge University Press.

Memórias de Mundos Desaparecidos

- Shaffer, Kirwin R. (2023), "The Cultural Politics of Sex, Race, Tourism, and Revolution in Cold War Cuban Anarchism, 1950-1961". *Anarchist Developments in Cultural Studies*, p. 65-94.
- Serge, Victor. (2023). *Memorias de un Revolucionario*. Buenos Aires: Tinta Limón.
- Skirda, Alexandre. (2017), *Os Anarquistas Russos, os Sovietes e a Revolução de 1917*. São Paulo: Intermezzo.
- Skirda, Alexandre. (2020), *Nestor Makhno, le Cosaque Libertaire, 1888-1934: la Guerre Civile en Ukraine, 1917-1921*. Paris: Spartacus.
- Souchy, Agustin. (1960), *Testimonios de la Revolución Cubana*. Editorial Reconstruir: Buenos Aires.
- Sweig, Julia E. (2016), *Cuba: What Everyone Needs to Know*. Nova York: Oxford University Press.
- Thomas, Hugh. (1971), *Cuba: The Pursuit of Freedom*. Nova York: Harper & Row.
- Viana da Silva, Rafael. (2019), "Consensos e Dissensos Latino-Americanistas: Comparando a Polêmica da Revolução Cubana no Anarquismo Argentino e Uruguaio". *Revista Vernáculo*, n. 44.
- Williams, Eric. (1971), *From Columbus to Castro: The History of the Caribbean, 1492-1969*. New York: Harper & Row.
- Wright, Thomas. (1970), *The Politics of Revolutionary Nationalism*. New York: Random House.